

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 17, DE 2012

Mensagem A – nº 051/2012, do Senhor Governador do Estado

São Paulo, 10 de maio de 2012

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que dispõe sobre a execução de atividades médicas e odontológicas sob a forma de plantão, e dá outras providências correlatas.

A medida decorre de estudos realizados no âmbito das Secretarias da Saúde e da Gestão Pública e encontra-se delineada, em seus contornos gerais, em Exposição de Motivos a mim encaminhada, texto que faço anexar, por cópia, à presente Mensagem, para conhecimento dessa ilustre Casa Legislativa.

Expostas, assim, as razões determinantes de minha iniciativa, e solicitando que a tramitação do projeto se faça em regime de urgência, nos termos do artigo 26 da Constituição do Estado, submeto o assunto a essa Casa de Leis.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Geraldo Alckmin
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Barros Munhoz, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

PROCESSO : N. 001.0008.00.048/2012

INTERESSADO: COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

ASSUNTO : Plantão de Minuta de Lei Complementar que redefine forma de remuneração de plantão para médicos, cirurgião-dentista e medico sanitaria.

Senhora Secretária
Secretaria de Gestão Pública

Cumprimentando, cordialmente, submeto à apreciação de Vossa Excelência proposta apresentada pela Coordenadoria de Recursos Humanos desta Pasta, com minuta de lei complementar que visa redefinir a forma de remuneração dos plantões de que tratam a Lei Complementar nº 839 de 31 de dezembro de 1997, destinados aos servidores pertencentes da classe de Médico, Cirurgião Dentista e Medico Sanitarista.

Tal propositura objetiva, fundamentalmente, ajustar os valores e critérios adequados ao desempenho de mercado, conforme descrito no conteúdo de justificativa.

Nestas condições acolho a proposta apresentada, encaminhando-a, preliminarmente a Doutra Consultoria Jurídica, conforme determinado por legislação específica, com posterior envio à Secretaria de Gestão Pública, na expectativa do acolhimento deste pedido.

GS. aos

GIOVANNI GUIDO CERRI
Secretário de Estado

São Paulo, 16 de janeiro de 2012.

Ofício CRH – GC. nº. 039/2012

Senhor Secretário

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência, minuta de lei complementar que redefine a forma de remuneração dos plantões de que tratam a Lei Complementar nº 839 de 31 de dezembro de 1997, destinados aos servidores pertencentes da classe de Médico, Cirurgião Dentista e Médico Sanitarista, ajustando os valores atuais, adequando-os ao desempenho do mercado.

O projeto decorre de estudos desenvolvidos por esta Coordenadoria de Recursos Humanos, com o objetivo de valorizar a atividade médica-odontológica e desta forma atrair e fixar equipes que assegurem maior eficiência na prestação de serviços de saúde, com qualidade, à população, bem como resgatar profissionais especializados que, por falta de perspectiva migraram para outros serviços de natureza privada com remuneração compatível.

Atualmente o valor pago a título de plantão extra é de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) que comparados ao valor correspondente a 12 (doze) horas trabalhadas – plantão – nos serviços reconhecidos como privados, torna-se pouco atrativo. O mercado privado paga para o mesmo plantão valores que variam entre R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) e R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais). (*)

A última revisão dos valores de plantão extra e plantão à distância ocorreram em 07 de julho de 2008, com a edição da Lei Complementar nº 1.055/2008.

Das propostas contidas na minuta de lei complementar destacam-se:

- identificação de unidades localizadas em áreas consideradas a peculiaridade decorrente de localização e acesso, denominadas Local “A”, “B” e “C” e,
- diferenciação nos percentuais aplicados sobre o valor da Unidade Básica de Valor, de que tratam o artigo 33, da Lei Complementar nº 1080 de 17 de dezembro de 2008, em decorrência desta identificação.

(*) Fonte: Pesquisa Salarial em Saúde – PROAHSA – Edição 2011.

Em resumo:

Unidades identificadas	Coeficiente	Valor
Local “A”	7,854	R\$ 785,40
Local “B”	9,4248	R\$ 942,48

Local "C"

11,3097

R\$ 1.130,97

Para o plantão à distância propomos valor com referência a proposta do Local "A".

A edição desta lei complementar representará ampliação da capacidade de resposta aos déficits apresentados, com sensível melhora no atendimento das Unidades de Saúde, com ênfase no pronto socorro que constitui a principal porta de entrada dos Hospitais.

Na oportunidade receba nossos protestos de elevada estima e consideração.

HAINO BURMESTER
Coordenador de Saúde

Exmo. Senhor
GIOVANNI GUIDO CERRI
DD. Secretário de Estado
Secretaria de Estado da Saúde

Lei complementar nº , de de de 2012

Dispõe sobre a execução de atividades médicas e odontológicas sob a forma de Plantão, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º - As atividades médicas e odontológicas prestadas no âmbito das unidades de saúde da Secretaria da Saúde, das

Autarquias a ela vinculadas e das demais Secretarias e Autarquias integradas ao Sistema Único de Saúde - SUS/SP, inclusive no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE, poderão ser realizadas sob a forma de Plantão, nos termos estabelecidos por esta lei complementar.

§ 1º - O Plantão de que trata esta lei complementar caracteriza-se pela prestação de 12 (doze) horas contínuas e ininterruptas de trabalho, pelos integrantes das classes de Médico, Médico Sanitarista e Cirurgião Dentista nas unidades referidas neste artigo, cujos serviços sejam prestados durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

§ 2º - As unidades de saúde a que se refere este artigo serão identificadas por área, consideradas as peculiaridades decorrentes da localização, condições ambientais e acesso, na seguinte conformidade:

1 - “A” - áreas onde as condições ambientais de trabalho são consideradas normais;

2 - “B” - áreas com excesso de demanda que requerem maior grau de iniciativa ou situadas em regiões com inadequada infraestrutura econômico-social;

3. “C” - áreas de difícil fixação do profissional em razão das peculiaridades das próprias atividades.

Artigo 2º - Nas unidades de saúde referidas no artigo 1º desta lei complementar, também poderá ser cumprido Plantão à Distância, durante o qual o servidor integrante da classe de Médico, Médico Sanitarista ou Cirurgião Dentista permanecerá à disposição da unidade pelo período de 12 (doze) horas contínuas, comparecendo ao local de trabalho, para prestação de atendimento especializado, apenas quando solicitado.

Artigo 3º - O servidor integrante da classe de Médico, Médico Sanitarista ou Cirurgião Dentista deverá manifestar por escrito, junto à autoridade competente, seu interesse em cumprir Plantão e Plantão à Distância.

§ 1º - O Plantão e o Plantão à Distância serão cumpridos independentemente e além da jornada de trabalho a que estiver sujeito o servidor.

§ 2º - O limite de plantões, por mês, para os integrantes das classes de Médico, Médico Sanitarista e Cirurgião Dentista, fica fixado na seguinte conformidade:

1 - 12 (doze) Plantões e 12 (doze) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com único vínculo, em jornada de 12 (doze), 20 (vinte) ou 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho;

2 - 12 (doze) Plantões e 12 (doze) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com dois vínculos, ambos em jornada de 12 (doze) horas semanais de trabalho;

3 - 9 (nove) Plantões e 9 (nove) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 20 (vinte) e outro em jornada de 12 (doze) horas semanais de trabalho;

4 - 6 (seis) Plantões e 6 (seis) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com dois vínculos, ambos em jornada de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;

5 - 7 (sete) Plantões e 7 (sete) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 12 (doze) e outro em jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho;

6 - 4 (quatro) Plantões e 4 (quatro) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 20 (vinte) e outro em jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho;

7 - 3 (três) Plantões e 3 (três) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com dois vínculos, ambos em jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho.

§ 3º - Os servidores públicos estaduais integrantes das classes de Médico, Médico Sanitarista e Cirurgião Dentista poderão cumprir Plantões e Plantões à Distância nos limites previstos no § 2º deste artigo, observado, para pagamento, o disposto no inciso XII do artigo 115 da Constituição Estadual.

Artigo 4º - Os servidores que cumprirem Plantões na forma prevista no artigo 1º desta lei complementar farão jus, por Plantão efetivamente realizado, à quantia resultante da aplicação dos coeficientes sobre a Unidade Básica de Valor – UBV, instituída pelo artigo 33 da Lei complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, na seguinte conformidade:

I - 7,854 (sete inteiros e oitocentos e cinquenta e quatro milésimos), para as unidades identificadas como área “A”;

II - 9,4248 (nove inteiros e quatro mil duzentos e quarenta e oito décimos de milésimos), para as unidades identificadas como área “B”; e

III - 11,3097 (onze inteiros e três mil e noventa e sete décimos de milésimos), para as unidades identificadas como área “C”.

Artigo 5º - Os servidores que cumprirem Plantões à Distância, na forma prevista no artigo 2º desta lei complementar farão jus, por Plantão à Distância efetivamente cumprido, à quantia resultante da aplicação do coeficiente 3,927 (três inteiros e novecentos e vinte sete milésimos) sobre a Unidade Básica de Valor – UBV, instituída pelo artigo 33 da Lei complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, independente da identificação da área como “A”, “B” ou “C”.

Parágrafo único - As quantias previstas no “caput” deste artigo serão pagas ainda que o servidor não tenha sido acionado durante o referido plantão.

Artigo 6º - Em caráter excepcional, os integrantes das classes de Médico, Médico Sanitarista e de Cirurgião Dentista, ocupantes de cargos em comissão ou de funções em confiança, designados para o exercício de funções específicas ou de função de serviço público retribuídas mediante “pro labore”, nos termos do artigo 28 da Lei nº 10.168, de 10 de julho de 1968, ou responsáveis por cargo vago de coordenação, direção, chefia, supervisão e encarregatura, poderão cumprir Plantão ou Plantão à Distância.

§ 1º - O limite de plantões, por mês, para os servidores de que trata o “caput” deste artigo, fica fixado na seguinte conformidade:

1 - 12 (doze) Plantões e 12 (doze) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com único vínculo, designado para exercício de funções específicas das classes de Médico e de Cirurgião Dentista, em jornada de 20 (vinte) e 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho;

2 - 10 (dez) Plantões e 10 (dez) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com único vínculo, em jornada de 30 horas semanais de trabalho;

3 - 9 (nove) Plantões e 9 (nove) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 20 (vinte) e outro em jornada de 12 (doze) horas semanais de trabalho;

4 - 7 (sete) Plantões e 7 (sete) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 24 (vinte e quatro) e outro em jornada de 12 (doze) horas semanais de trabalho;

5 - 6 (seis) Plantões e 6 (seis) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com dois vínculos, ambos em jornada de 20 (vinte) horas ou um único vínculo de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;

6 - 5 (cinco) Plantões e 5 (cinco) Plantões à Distância, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 12 (doze) horas e outro em jornada de 30(trinta) horas semanais de trabalho;

7 - 4 (quatro) Plantões e 4 (quatro) Plantões à Distância quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 20 (vinte) e outro em jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho;

8 - 3 (três) Plantões e 3 (três) Plantões à Distância, por mês, quando se tratar de servidor com dois vínculos, ambos em jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho;

9 - 2 (dois) Plantões e 2 (dois) Plantões à Distância, por mês, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 20 (vinte) horas e outro em jornada de 30 (trinta) horas semanais de trabalho;

10 - 1 (um) Plantão e 1 (um) Plantão à Distância, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais e outro em jornada de 30 (trinta) horas semanais de trabalho.

§ **2º** - Para aplicação das condições e limites previstos neste artigo deverá ser observado o disposto no § 3º do artigo 3º desta lei complementar.

Artigo 7º - Os contratados nos termos da Lei complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, para as funções de Médico, Cirurgião Dentista e Médico Sanitarista, poderão cumprir Plantões e Plantões à Distância na forma prevista nesta lei complementar.

Artigo 8º - A quantificação para fixação dos Plantões e dos Plantões à Distância e os demais critérios que se fizerem necessários serão estabelecidos em decreto, a ser editado mediante proposta do Secretário da Saúde, ouvida a Secretaria de Gestão Pública.

Parágrafo único - A identificação das unidades por área será estabelecida por ato dos Secretários de Estado e dirigentes das Autarquias, a que se refere o “caput” do artigo 1º desta lei complementar.

Artigo 9º - As importâncias pagas a título de Plantão e de Plantão à Distância não se incorporarão aos vencimentos ou salários para nenhum efeito, não incidindo sobre elas vantagens de qualquer natureza.

Parágrafo único - As importâncias de que trata este artigo não sofrerão os descontos previdenciários e de assistência médica.

Artigo 10 - Os dispositivos adiante mencionados da Lei complementar nº 1.157, de 2 de dezembro de 2011, passam a vigorar com a redação que se segue:

I - o artigo 17:

“Artigo 17 - O servidor titular de cargo ou ocupante de função-atividade abrangido por esta lei complementar, que estiver no exercício de cargo de provimento em comissão ou vier a prover

cargo desta natureza, poderá optar pelos vencimentos ou salários correspondentes ao cargo efetivo ou à função-atividade do qual seja titular ou ocupante.

Parágrafo único - A opção de que trata este artigo aplica-se, no âmbito das Autarquias, ao servidor designado para o exercício de função-atividade em confiança, nos termos da legislação trabalhista.”(NR);

II - §§ 2º e 3º do artigo 26:

“Artigo 26 -.....

.....
§ 2º - Para fins de cálculo das gratificações a que se referem os incisos I e II do artigo 24 desta lei complementar, considerar-se-á o nível de escolaridade ou as habilitações profissionais legais exigidas para o exercício do cargo ou função do qual os servidores são ocupantes no órgão de origem, aplicando-se-lhes sobre o valor da UBV, instituída pelo artigo 33 da Lei complementar nº 1.080, de 17 de outubro de 2008, os seguintes coeficientes:

1 - para a Gratificação Executiva:

a) a partir de 1º de julho de 2011: 4,5136 (quatro inteiros e cinco mil cento e trinta e seis décimos de milésimos), 4,8000 (quatro inteiros e oito mil décimos de milésimos) ou 6,4000 (seis inteiros e quatro mil décimos de milésimos), respectivamente, conforme se enquadre nos agrupamentos de Nível Elementar, Intermediário e Universitário;

b) a partir de 1º de julho de 2012: 4,8200 (quatro inteiros e oito mil e duzentos décimos de milésimos), 5,1360 (cinco inteiros e mil trezentos e sessenta décimos de milésimos) ou 6,8480 (seis inteiros e oito mil quatrocentos e oitenta décimos de milésimos), respectivamente, conforme se enquadre nos agrupamentos de Nível Elementar, Intermediário e Universitário;

2 - para a Gratificação Especial por Atividade Hospitalar em Condições Especiais de Trabalho – GEAH: 0,46 (quarenta e seis centésimos), 0,61 (sessenta e um centésimos) ou 0,91 (noventa e um centésimos), respectivamente, conforme se enquadre nos agrupamentos de Nível Elementar, Intermediário e Universitário;

3 - para a Gratificação Especial por Atividade Prioritária e Estratégica – GEAPE: 1,81 (um inteiro e oitenta e um centésimos), para o Nível Universitário;

4 - para a Gratificação Especial por Atividade no Instituto de Infectologia “Emilio Ribas” e Centro de Referência e Treinamento – DST/AIDS – GEER: 1,84 (um inteiro e oitenta e quatro centésimos), 2,44 (dois inteiros e quarenta e quatro centésimos) ou 3,64 (três inteiros e sessenta e quatro centésimos), respectivamente, conforme se enquadre nos agrupamentos de Nível Elementar, Intermediário e Universitário.

§ 3º- Excetuado o disposto no item “4” do § 2º, aplicam-se as demais disposições deste artigo aos servidores, em iguais condições, afastados junto ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE.” (NR);

III - o parágrafo único do artigo 29:

“Artigo 29 -

Parágrafo único - Excetuam-se do disposto no “caput” deste artigo, as funções exercidas na forma do inciso II do artigo 28 desta lei complementar, cujos vencimentos ou salários serão calculados de acordo com a jornada de trabalho a que estiver sujeito o servidor.” (NR);

IV - o artigo 32:

“Artigo 32 - Para os fins previstos nos artigos 27 e 30 desta lei complementar, a quantificação das funções, bem como a identificação das respectivas unidades a que se destinam, serão estabelecidas em decreto, mediante proposta das autoridades competentes das Secretarias de Estado e das Autarquias, com a prévia manifestação da Secretaria de Gestão Pública.” (NR);

V - a alínea “c” do inciso IV do artigo 42:

“Artigo 42.....

IV - possuir:

c) diploma ou certificado de curso de extensão ou aprimoramento profissional, com carga horária mínima de 1.760 (um

mil, setecentos e sessenta) horas, de pós-graduação “stricto sensu” ou “lato sensu”, para os integrantes das classes referidas nos incisos IV, V, VI e VII do artigo 41 desta lei complementar.” (NR);

VI - os §§ 1º e 2º do artigo 46:

“Artigo 46 -

§ 1º. - O Plantão será cumprido independentemente e além da jornada de trabalho a que estiver sujeito o servidor.

§ 2º - O limite de plantões, por mês, para os servidores que de que trata o “caput” deste artigo, fica fixado na seguinte conformidade:

1 - 10 (dez) Plantões, quando se tratar de servidor com único vínculo em jornada de 30 horas semanais de trabalho;

2 - 5 (cinco) Plantões, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 30 (trinta) horas e o outro em jornada de 12 (doze) horas semanais de trabalho;

3 - 2 (dois) Plantões, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 30 (trinta) horas e o outro em jornada de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;

4 - 1 (um) Plantão, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 30 (trinta) horas e o outro em jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho.(NR);

VII - o artigo 47:

“Artigo 47 - Os servidores que cumprirem Plantões na forma prevista no artigo 46 desta lei complementar farão jus, por Plantão efetivamente realizado, à quantia resultante da aplicação de coeficientes sobre a UBV, instituída pelo artigo 33 da Lei complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, na seguinte conformidade:

I - 4,5102 (quatro inteiros e cinco mil cento e dois décimos de milésimos), para os integrantes da classe de Enfermeiro;

II - 3,9551 (três inteiros e nove mil quinhentos e cinquenta e um décimos de milésimos), para os integrantes da classe

de Agente Técnico de Assistência à Saúde, com graduação de nível superior em Farmácia ou Fisioterapia;

III - 2,9590 (dois inteiros e nove mil quinhentos e noventa décimos de milésimos), para os integrantes da classe de Técnico de Enfermagem;

IV - 1,9494 (um inteiro e nove mil quatrocentos e noventa e quatro décimos de milésimos), para os integrantes da classe de Auxiliar de Enfermagem.” (NR);

VIII - o artigo 48:

“Artigo 48 - Em caráter excepcional, os integrantes das classes de Agente Técnico de Assistência à Saúde, observado o disposto no § 1º do artigo 45, de Enfermeiro, de Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, ocupantes de cargos em comissão ou de funções em confiança, designados para o exercício de funções específicas ou de função de serviço público retribuídas mediante “pro labore”, nos termos do artigo 28 da Lei nº 10.168, de 10 de julho de 1968, ou responsáveis por cargo vago de comando de coordenação, direção, chefia, supervisão e encarregatura, poderão cumprir Plantão.

Parágrafo único - O limite de plantões, por mês, para os servidores de que trata o “caput” deste artigo fica fixado na seguinte conformidade:

1 - 10 (dez) Plantões, quando se tratar de servidor com único vínculo, em jornada de 30 (trinta) horas semanais de trabalho;

2 - 6 (seis) Plantões, quando se tratar de servidor com único vínculo, em jornada de 40 horas semanais de trabalho;

3 - 5 (cinco) Plantões, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 30 horas e o outro em jornada de 12 horas semanais de trabalho;

4 - 2 (dois) Plantões, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 30 (trinta) horas e o outro em jornada de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;

5 - 1 (um) Plantão, quando se tratar de servidor com dois vínculos, sendo um em jornada de 30 (trinta) horas e o outro em jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho.” (NR);

IX - o artigo 61:

“Artigo 61 - Os cargos e as funções-atividades de Atendente e de Atendente de Enfermagem, enquadrados como Auxiliar de Saúde, referência 1, da Escala de Vencimentos - Nível Elementar – Estrutura de Vencimentos I, e de Auxiliar de Enfermagem, enquadrados na referência 2, da Escala de Vencimentos - Nível Intermediário – Estrutura de Vencimentos I, ficam com a denominação alterada para Técnico de Enfermagem, enquadrados na referência 3, da Escala de Vencimentos - Nível Intermediário - Estrutura de Vencimentos I, instituída pela alínea “b” do inciso I do artigo 13 desta lei complementar, na seguinte conformidade:

I - os vagos, na data da vigência desta lei complementar;

II - os demais, nas respectivas vacâncias.”(NR);

X - o artigo 72:

“Artigo 72 - Ficam extintas as classes de Técnico de Higiene Dental, Técnico de Saúde Coletiva, Cozinheiro Hospitalar, Auxiliar de Lavanderia e Rouparia Hospitalar e de Encarregado de Turma de Desinsetização, instituídas, respectivamente, nos termos do disposto nos incisos XVI, XVII, XX e XXI e § 3º do artigo 4º da Lei complementar nº 674, de 8 de abril de 1992.” (NR).

Artigo 11 - Ficam acrescentados à Lei complementar nº 1.157, de 2 de dezembro de 2011, os dispositivos a seguir indicados, com a redação que se segue:

I - o inciso “X”, no artigo 38:

“Artigo 38.....:

X - designado para função retribuída mediante gratificação “pro labore”, a que se referem os artigos 27 a 33 desta lei complementar.”;

II - os artigos 9º e 10, nas Disposições Transitórias:

“Artigo 9º - Para os fins previstos nos artigos 27 e 30 desta lei complementar, ficam mantidas a quantificação das funções e a identificação das unidades caracterizadas como atividades específicas das classes de Cirurgião Dentista, Médico, Médico Sanitarista, Enfermeiro e Médico Veterinário, efetuadas por decreto.

Artigo 10 - Ficam mantidas as gratificações previstas no inciso II do artigo 24 desta lei complementar aos servidores da União, de outros Estados ou Municípios, afastados sem prejuízo dos vencimentos ou salários, junto à Secretaria da Saúde, às Autarquias a ela vinculadas, e ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE, a que se refere o artigo 26 desta lei complementar.”

Artigo 12 – Ficam retificados na conformidade dos anexos desta lei complementar, os anexos e Subanexos da Lei complementar nº 1.157, de 2 de dezembro de 2011, a seguir indicados:

I - Anexo I - Subanexo 3 - Enquadramento das Classes – Nível Universitário – Administração Direta;

II - Anexo II - Subanexo 2 - Enquadramento das Classes – Nível Intermediário – Autarquias;

III - Anexo IX;

IV - Anexo X;

V - Anexo XVIII.

Artigo 13 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, se necessário, mediante a utilização de recursos nos termos do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 27 de março de 1964.

Artigo 14 - Ficam revogados:

I - o artigo 42 da Lei complementar nº 674, de 8 de abril de 1992;

II - a Lei complementar nº 839, de 31 de dezembro de 1997;

Artigo 15 - Esta lei complementar e sua Disposição Transitória entram em vigor na data de sua publicação, devendo produzir efeitos a partir do 1º dia do mês subsequente a essa data, exceto quanto aos incisos I a V, IX e X do artigo 10, e aos artigos 11 e 12, que retroagem a 1º de julho de 2011.

Disposição Transitória

Artigo único - Para fins de identificação das unidades, enquanto não for editado o decreto a que se refere o artigo 8º desta lei complementar, observar-se-á o disposto no seu artigo 1º, § 2º, “1”.

Palácio dos Bandeirantes, de de
2012.

Geraldo Alckmin

Anexo I

Subanexo 3

a que se referem os artigos 1º, 2º, I, 4º e os artigos 1º e 2º das Disposições Transitórias da Lei complementar nº 1.157, de 2 de dezembro de 2011

Enquadramento das Classes – Nível Universitário – Administração Direta

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA				
DENOMINAÇÃO	TABELA DO SUBQUADRO	ESTRUTURA DE VENC.	REF.	DENOMINAÇÃO	TABELA DO SUBQUADRO	ESCALA DE VENCIMENTOS - ESTRUTURA	REF. INICIAL	REF. FINAL
AGENTE REGIONAL DE SAÚDE PÚBLICA	SQC-III	II	2	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
ASSISTENTE SOCIAL	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
ASSISTENTE SOCIAL CHEFE	SQC-II	II	4	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	3	7
ASSISTENTE SOCIAL ENCARREGADO	SQC-II	II	3	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	2	6
BIOLOGISTA	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
BIOLOGISTA CHEFE	SQC-II	II	4	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	3	7
BIOLOGISTA ENCARREGADO	SQC-II	II	3	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	2	6
BIOMÉDICO	SQC-II	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
CIRURGIÃO DENTISTA	SQC-III	I	1	CIRURGIÃO DENTISTA	SQC-III	EVNU-I	1	3
EDUCADOR DE SAÚDE PÚBLICA	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
EDUCADOR DE SAÚDE PÚBLICA CHEFE	SQC-II	II	4	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	3	7
EDUCADOR DE SAÚDE PÚBLICA ENCARREGADO	SQC-II	II	3	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	2	6
EDUCADOR REGIONAL DE SAÚDE PÚBLICA	SQC-II	II	4	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	3	7
ENFERMEIRO	SQC-III	II	1	ENFERMEIRO	SQC-III	EVNU-II	1	5
ENFERMEIRO CHEFE	SQC-II	II	4	ENFERMEIRO	SQC-III	EVNU-II	3	7
ENFERMEIRO ENCARREGADO	SQC-II	II	3	ENFERMEIRO	SQC-III	EVNU-II	2	6
ENFERMEIRO REGIONAL DE SAÚDE PÚBLICA	SQC-II	II	4	ENFERMEIRO	SQC-III	EVNU-II	3	7
FARMACÊUTICO	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5

(continuação)

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA				
DENOMINAÇÃO	TABELA DO SUBQUADRO	ESTRUTURA DE VENC.	REF.	DENOMINAÇÃO	TABELA DO SUBQUADRO	ESCALA DE VENCIMENTOS ESTRUTURA	REF. INICIAL	REF. FINAL
FARMACÊUTICO CHEFE	SQC-II	II	4	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	3	7
FARMACÊUTICO ENCARREGADO	SQC-II	II	3	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	2	6
FÍSICO	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
FÍSICO CHEFE	SQC-II	II	4	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	3	7
FISIOTERAPEUTA	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
FONOAUDIÓLOGO	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
MÉDICO	SQC-III	I	1	MÉDICO	SQC-III	EVNU-I	1	3
MÉDICO SANITARISTA	SQC-III	II	7	MÉDICO SANITARISTA	SQC-III	EVNU-III	1	3
MÉDICO VETERINÁRIO	SQC-III	II	1	MÉDICO VETERINÁRIO	SQC-III	EVNU-II	1	5
MÉDICO VETERINÁRIO CHEFE	SQC-II	II	4	MÉDICO VETERINÁRIO	SQC-III	EVNU-II	3	7
MÉDICO VETERINÁRIO ENCARREGADO	SQC-II	II	3	MÉDICO VETERINÁRIO	SQC-III	EVNU-II	2	6
NUTRICIONISTA	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
NUTRICIONISTA CHEFE	SQC-II	II	4	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	3	7
NUTRICIONISTA ENCARREGADO	SQC-II	II	3	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	2	6
PSICÓLOGO	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
PSICÓLOGO CHEFE	SQC-II	II	4	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	3	7
PSICÓLOGO ENCARREGADO	SQC-II	II	3	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	2	6
QUÍMICO	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
QUÍMICO CHEFE	SQC-II	II	4	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	3	7

(continuação)

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA				
DENOMINAÇÃO	TABELA DO SUBQUADRO	ESTRUTURA DE VENC.	REF.	DENOMINAÇÃO	TABELA DO SUBQUADRO	ESCALA DE VENCIMENTOS - ESTRUTURA	REF. INICIAL	REF. FINAL
QUÍMICO ENCARREGADO	SQC-II	II	3	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	2	6
TÉCNICO DE ORTÓPTICA	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
TÉCNICO DE REABILITAÇÃO FÍSICA	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
TERAPEUTA OCUPACIONAL	SQC-III	II	1	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	1	5
TERAPEUTA OCUPACIONAL CHEFE	SQC-II	II	4	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTENCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	3	7
TERAPEUTA OCUPACIONAL ENCARREGADO	SQC-II	II	3	AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	SQC-III	EVNU-II	2	6
				TECNÓLOGO EM RADIOLOGIA	SQC-III	EVNU-IV	1	3

Anexo II

Subanexo 2

a que se referem os artigos 1º, 2º, I, 4º e os artigos 1º e 2º das Disposições Transitórias, da Lei complementar nº 1.157, de 2 de dezembro de 2011

Enquadramento das Classes – Nível Intermediário – Autarquias

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA					
DENOMINAÇÃO	TABELA DO SUBQUADRO		REF.	DENOMINAÇÃO	TABELA DO SUBQUADRO		ESCALA DE VENCIMENTOS - ESTRUTURA	REF. INICIAL	REF. FINAL
	SQC-III	SQF-II			SQC-III	SQF-II			
AGENTE DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	1	AGENTE DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	1	5
AGENTE TÉCNICO DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	3	AGENTE TÉCNICO DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	3	7
AUXILIAR DE ANÁLISES CLÍNICAS	SQC-III	SQF-II	3	AUXILIAR DE ANÁLISES CLÍNICAS	SQC-III	SQF-II	EVNI-II	1	3
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	SQC-III	SQF-II	2	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	2	6
AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO TRABALHO	SQC-III	SQF-II	2	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	2	6
AUXILIAR TÉCNICO DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	2	AGENTE DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	1	5
CITOTÉCNICO	SQC-III	SQF-II	3	AGENTE TÉCNICO DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	3	7
DESINSETIZADOR	SQC-III	SQF-II	1	DESINSETIZADOR	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	2	6
MOTORISTA DE AMBULANCIA	SQC-III	SQF-II	1	MOTORISTA DE AMBULANCIA	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	1	5
OFICIAL DE ATENDIMENTO DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	2	OFICIAL DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	1	5
OPERADOR DE EQUIPAMENTO HOSPITALAR	SQC-III	SQF-II	2	AGENTE DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	1	5
TÉCNICO DE APARELHOS ELETRONICOS MÉDICO HOSPITALARES	SQC-III	SQF-II	3	AGENTE TÉCNICO DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	3	7
TÉCNICO DE APARELHOS DE PRECISÃO	SQC-III	SQF-II	3	AGENTE TÉCNICO DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	3	7
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SQC-III	SQF-II	3	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	3	7
TÉCNICO DE LABORATÓRIO	SQC-III	SQF-II	3	TÉCNICO DE LABORATÓRIO	SQC-III	SQF-II	EVNI-II	1	3
TÉCNICO QUIMICO	SQC-III	SQF-II	3	AGENTE TECNICO DE SAUDE	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	3	7
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	SQC-III	SQF-II	3	TÉCNICO DE RADIOLOGIA	SQC-III	SQF-II	EVNI-II	1	3
VISITADOR COMUNITÁRIO	SQC-III	SQF-II	2	AGENTE TÉCNICO DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	3	7
VISITADOR SANITÁRIO	SQC-III	SQF-II	2	AGENTE TÉCNICO DE SAÚDE	SQC-III	SQF-II	EVNI-I	3	7

ANEXO IX

a que se refere o artigo 24, II, da Lei complementar nº 1157, de 2 de dezembro de 2011

DENOMINAÇÃO	COEFICIENTE		
	GEAH	GEAPE	GEER
Agente de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica I a IV	-	-	3,00
Agente de Saneamento	-	-	2,80
Agente de Saúde	0,75	-	3,00
Agente Técnico de Assistência à Saúde	1,05	2,10	4,20
Agente Técnico de Saúde	0,91	-	3,64
Assistente Técnico de Ações em Vigilância I	-	-	2,52
Assistente Técnico de Ações em Vigilância II	-	-	2,52
Assistente Técnico de Ações em Vigilância III	-	-	2,52
Assistente Técnico de Coordenador de Saúde	-	-	2,52
Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica I a VI	-	-	3,88
Assistente Técnico de Planejamento de Ações de Saúde I	-	-	2,52
Assistente Técnico de Planejamento de Ações de Saúde II	-	-	2,52
Assistente Técnico de Planejamento de Ações de Saúde III	-	-	2,52
Assistente Técnico de Saúde I	0,63	-	2,52
Assistente Técnico de Saúde II	0,63	-	2,52
Assistente Técnico de Saúde III	0,63	-	2,52
Auxiliar de Análises Clínicas	-	-	3,20
Auxiliar de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica I a IV	-	-	2,24
Auxiliar de Enfermagem	0,91	-	3,64
Auxiliar de Laboratório	0,61	-	2,44
Auxiliar de Radiologia	0,61	-	2,44
Auxiliar de Saúde	0,70	-	2,80
Chefe de Saúde I	0,80	-	3,20
Chefe de Saúde II	1,05	-	4,20
Cirurgião Dentista	2,03	4,06	8,12
Cirurgião Dentista Sanitarista Inspetor			8,12

(continuação)

Coordenador de Saúde	-	-	2,52
Desinsetizador	-	-	3,20
Diretor Técnico de Saúde I	0,63	-	2,52
Diretor Técnico de Saúde II	0,63	-	2,52
Diretor Técnico de Saúde III	-	-	2,52
Encarregado de Saúde I	0,80	-	3,20
Encarregado de Saúde II	1,05	-	4,20
Enfermeiro	1,40	2,80	5,60
Enfermeiro do Trabalho	-	2,80	5,60
Enfermeiro Inspetor de Saúde Pública	-	-	5,60
Engenheiro I a VI	-	-	3,88
Engenheiro Sanitarista Assistente	-	-	4,20
Médico	2,03	4,06	8,12
Médico Inspetor	-	-	8,12
Médico Sanitarista	3,27	6,54	13,08
Médico Veterinário	-	4,06	8,12
Médico Veterinário Supervisor	-	-	8,12
Motorista de Ambulância	-	-	2,80
Oficial de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica I a VI	-	-	2,52
Oficial de Saúde	0,75	-	3,00
Supervisor de Área Hospitalar	0,80	-	3,20
Supervisor de Divisão Hospitalar	0,63	-	2,52
Supervisor de Equipe Técnica de Saúde	1,40	-	5,60
Supervisor de Saneamento	-	-	3,20
Supervisor de Saúde	1,05	-	4,20
Supervisor de Seção Hospitalar	1,40	-	5,60
Supervisor de Serviço Hospitalar	0,63	-	2,52
Supervisor de Setor Hospitalar	1,40	-	5,60
Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica I a IV	-	-	2,96
Técnico de Enfermagem	0,91	-	3,64
Técnico de Laboratório	0,80	-	3,20
Técnico de Radiologia	0,80	-	3,20
Tecnólogo em Radiologia	1,41	2,82	5,64

Anexo X

a que se referem os artigos 18,I, e 19 da Lei complementar nº 1.157 de 2 de dezembro de 2011

**GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO E APOIO ÀS ATIVIDADES PERICIAIS
E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE – GDAPAS**

DENOMINAÇÃO	COEFICIENTE
Agente de Saúde	2,51
Agente Técnico de Assistência à Saúde	6,00
Assistente Técnico de Coordenador de Saúde	10,00
Auxiliar de Enfermagem	3,02
Auxiliar de Laboratório	2,35
Auxiliar de Saúde	2,35
Cirurgião Dentista	10,00
Coordenador de Saúde	24,00
Diretor Técnico de Saúde I	18,00
Diretor Técnico de Saúde II	20,00
Diretor Técnico de Saúde III	22,00
Enfermeiro	10,00
Médico	10,00
Médico Veterinário	10,00
Supervisor de Equipe Técnica de Saúde	12,00
Técnico de Enfermagem	3,06
Técnico de Laboratório	2,88
Técnico de Radiologia	2,88

Anexo XVIII**a que se refere o artigo 5º da Lei complementar nº 1.157, de 2 de dezembro de 2011**

NÍVEL/CLASSES	ATRIBUIÇÕES
NÍVEL ELEMENTAR	
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	Executar tarefas diversificadas e rotineiras de nível auxiliar nas áreas de laboratório, em especial na coleta e preparo de materiais, higienização, esterilização e limpeza, sob orientação da chefia imediata.
AUXILIAR DE SAÚDE	Executar tarefas diversificadas e rotineiras de nível auxiliar nas áreas de: consultório dentário, fiscalização sanitária, atendimento nutricional, laborterapia e terapia ocupacional, laboratório, higienização e mecânica de precisão, sob orientação da chefia imediata.
AUXILIAR DE RADIOLOGIA	Executar tarefas diversificadas e rotineiras de apoio a operação de aparelho radiológico e trato aos pacientes, sob orientação da chefia imediata.
NÍVEL INTERMEDIÁRIO	
AGENTE DE SANEAMENTO	Executar tarefas diversificadas e rotineiras de apoio aos profissionais em educação, orientação e fiscalização sanitária, no âmbito da área de saneamento.
AGENTE DE SAÚDE	Executar tarefas diversificadas e rotineiras de apoio nas diversas áreas de saúde, em especial: saneamento e higiene, atendimento nutricional, operação de equipamento hospitalar e ortopédica, sob orientação da chefia imediata.
AGENTE TÉCNICO DE SAÚDE	Executar tarefas diversificadas e rotineiras de apoio nas diversas áreas de saúde, em especial: citologia, aparelhos de precisão e eletrônicos médico-hospitalares, ótica, higiene dental, química em geral, ações comunitárias, sanitárias e de saúde coletiva, sob orientação da chefia imediata.
AUXILIAR DE ANÁLISES CLÍNICAS	Executar tarefas diversificadas e rotineiras na área de análises clínicas de natureza biológica, vacinação, cultura, estabilizantes e hemoderivados, sob orientação da chefia imediata.
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	Executar atividades auxiliares de nível médio na área de enfermagem, em especial no preparo e no acompanhamento clínico dos pacientes, sob orientação e supervisão da chefia imediata.
DESINSETIZADOR	Executar tarefas auxiliares de nível médio na área de produtos químicos no controle de insetos transmissores ou causadores de moléstias.
MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	Dirigir ambulâncias para o transporte de servidores, pacientes e acompanhantes, cargas e equipamentos relacionados as atividade da unidade.
OFICIAL DE SAÚDE	Executar tarefas diversificadas e rotineiras de apoio nos diversos setores das unidades de saúde, sob orientação da chefia imediata.
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Executar tarefas auxiliares de nível médio técnico na área de enfermagem em especial no planejamento, programação e orientação de assistência de enfermagem, bem como na prevenção e controle de doenças transmissíveis, sob orientação e supervisão da chefia imediata.

(continuação)

TÉCNICO DE LABORATÓRIO	Executar tarefas auxiliares de nível técnico na área de laboratório no tocante a coletas de material, exames diversos, análises químicas, imunológicas, hematológicas, bacteriológicas em geral para diagnóstico de doenças.
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	Executar tarefas auxiliares de nível técnico na área de radiologia e na operação aparelhos de radiografia convencional, radioscopia, mamografia, arco cirúrgico e tomografia.
NÍVEL UNIVERSITÁRIO	
AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	Executar atividades relativas em nível técnico, nas diversas áreas de saúde, em especial: assistência social, biologia, biomedicina, educação de saúde pública, farmácia, física, química, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, nutrição, terapia ocupacional, reabilitação física e ortóptica.
CIRURGIÃO DENTISTA	Executar atividades relativas à etiologia, patologia, terapêutica e biologia buco-dental, perícias administrativas e legais, tendo em vista a clínica e cirurgia geral e especialização.
ENFERMEIRO	Executar atividades técnicas, inerentes a área de enfermagem, no serviço de proteção, recuperação e preservação da saúde.
ENFERMEIRO DO TRABALHO	Executar atividades técnicas na área de segurança, periculosidade e medicina do trabalho.
MÉDICO	Executar atividades afetas a medicina preventiva ou terapêutica.
MÉDICO SANITARISTA	Executar atividades afetas a medicina sanitária em colaboração com medicina preventiva social.
MÉDICO VETERINÁRIO	Executar atividades afetas a medicina veterinária, relacionadas com a produção animal e comercialização de produtos animais e seus insumos.
TECNÓLOGO EM RADIOLOGIA	Executar atividades técnicas nas áreas de radiologia, diagnóstico e radioterápicos.